

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DE CESSÃO  
FIDUCIÁRIA DE RECEBÍVEIS, EM SÉRIE ÚNICA, DA ANHANGUERA EDUCACIONAL  
PARTICIPAÇÕES S.A.

Por este instrumento particular, de um lado, como emissora,

A. ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A., companhia com sede na Alameda Maria Tereza, nº 2000, sala 06, bairro Dois Córregos, Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, CEP 13278-181, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.310.392/0001-46, devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia");

B. ANHANGUERA EDUCACIONAL S.A., companhia com sede na Alameda Maria Tereza, nº 2000, sala 01, bairro Dois Córregos, Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, CEP 13278-181, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.808.792/0001-49, devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Garantidora");

e, de outro lado, como agente fiduciário,

C. PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 2ª emissão pública de Debêntures da Emissora ("Debenturistas"), sendo a Emissora, a Garantidora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes", e individualmente e indistintamente como "Parte";

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente "Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real de Cessão Fiduciária de Recebíveis, em Série Única, da Anhanguera Educacional Participações S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" ou "Oferta", e "Debêntures", respectivamente), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas.

CLÁUSULA I  
AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada de acordo (i) com a autorização da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 03 de setembro de 2009 ("AGE"), nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), (ii) com a Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 03 de setembro de 2009 ("RCA da Garantidora"), que aprovou a garantia de fiança prevista no item 4.22 abaixo, e (iii) com a Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 11 de setembro de 2009 ("RCA da Emissora"), que retificou certas cláusulas de vencimento

*assin*



antecipado aprovadas na AGE, bem como o prazo de resgate antecipado das Debêntures, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

### 2.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

2.1.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

### 2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. A ata da AGE que aprovou a Emissão, bem como os termos e condições, foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), sob o nº 352.854/09-1 em 11 de setembro de 2009, e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e jornal "Valor Econômico", edição nacional, nos termos da legislação em vigor.

2.2.2. A ata da RCA da Garantidora que aprovou a assunção de obrigações decorrentes da fiança prestada pela Garantidora na Emissão foi devidamente protocolada na JUCESP, em 15 de setembro de 2009, ainda em fase de registro, e será publicada no DOESP e no "Jornal de Valinhos", nos termos da legislação em vigor.

2.2.3. A ata da RCA da Emissora foi devidamente protocolada na JUCESP, em 15 de setembro de 2009, ainda em fase de registro, e será publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, nos termos da legislação em vigor.

### 2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão registrados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.


### 2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos da Instrução CVM 476 ("Investidor Qualificado"), depois de decorridos 90 (noventa)

2

*Am*



dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

## 2.5. DOS LIMITES DA EMISSÃO, E DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

2.5.1. A presente emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações tendo em vista que o capital social da Emissora na Data de Emissão é de R\$ 1.032.481.293,85 (um bilhão, trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos), sendo portanto superior ao valor total das Debêntures em circulação da Emissora.

2.5.2. A Emissora tem como objeto social (i) o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação; (ii) a administração de bens e negócios próprios; e (iii) a participação, na qualidade de acionista ou quotista, em outra sociedades ou empreendimentos, no Brasil ou no exterior.

## CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA 2ª EMISSÃO

### 3.1. SÉRIES

3.1.1. A Emissão será realizada em uma série única.

### 3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

### 3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.3.1. Serão emitidas 50 (cinquenta) Debêntures.

### 3.4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

3.4.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados pela Emissora para reforçar o seu caixa, alongar o perfil da sua dívida total, bem como para financiar a expansão de suas atividades.

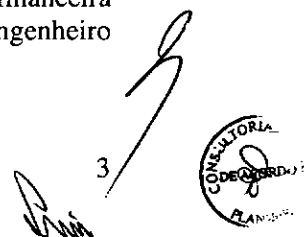
### 3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

3.5.1. A presente Escritura representa a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

### 3.6. BANCO MANDATÁRIO, INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA E AGENTE ESCRITURADOR

3.6.1. O banco mandatário da Emissão é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro

3



A circular stamp with the text "CONSULTORIA" at the top, "DEBÊNTURAS" in the middle, and "PLANALTA" at the bottom. A handwritten signature is written over the stamp.

Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

3.6.2. A instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador").

#### CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder e conforme estabelecido nesta Cláusula Quarta. A Oferta Restrita será realizada com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 4º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Coordenador Líder"), sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures.

4.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 4.1. acima, no âmbito da Oferta Restrita, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula.

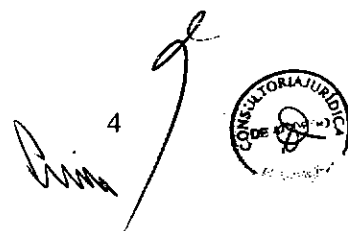
4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

4.1.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

##### 4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

4

A handwritten signature is written over the number 4. To the right of the signature is a circular stamp. The stamp contains the text "CONSULTORIA JURÍDICA" around the top edge and "CDE" in the center, with a signature inside the circle.

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 21 de setembro de 2009 ("Data de Emissão").

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador das Debêntures. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta extrato em nome dos titulares das Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade.

4.5. ESPÉCIE

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real de cessão fiduciária de recebíveis.

4.6. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

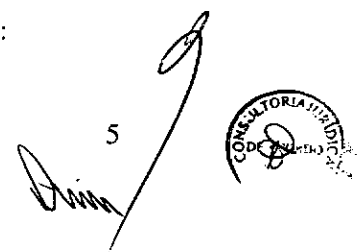
4.7.1. As Debêntures terão prazo vigência de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de setembro de 2011 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, ocasiões em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das debêntures que ainda estejam em circulação pelo seu saldo do valor nominal unitário, acrescido da Remuneração, conforme definido no item 4.9 abaixo.

4.8. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado no dia 21 (vinte e um) de cada mês, contado a partir de 21 de setembro de 2010, até a Data de Vencimento.

4.8.2. A amortização do Valor Nominal Unitário ocorrerá da seguinte forma:

5



A handwritten signature is written over the number 5. To the right of the signature is a circular stamp with the text "CONSULTORIA JURÍDICA" around the perimeter and "CDD" in the center.

21 de setembro de 2010	7,6923%
21 de outubro de 2010	7,6923%
21 de novembro de 2010	7,6923%
21 de dezembro de 2010	7,6923%
21 de janeiro de 2011	7,6923%
21 de fevereiro de 2011	7,6923%
21 de março de 2011	7,6923%
21 de abril de 2011	7,6923%
21 de maio de 2011	7,6923%
21 de junho de 2011	7,6923%
21 de julho de 2011	7,6923%
21 de agosto de 2011	7,6923%
21 de setembro de 2011	7,6924%

#### 4.9. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário e equivalentes a 100% da taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescido de uma sobretaxa de 2,50% a.a., base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis corridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula (“Remuneração”):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros devidos conforme definido adiante, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor nominal de emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros = Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

6



Fator DI = produtório das taxas DI Over, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)],$$

onde:

$n_{DI}$  = Número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo “n” um número inteiro.

$TDI_k$  = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$DI_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

FatorSpread = Spread ou Sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$k = 1, 2, \dots, n;$

$$FatorSpread = \left[ \left( \frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

Spread = 2,5000.

$n$  = É o número de Dias Úteis entre a data de pagamento de Remuneração anterior e a data atual, sendo “n” um número inteiro.

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  deve ser considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último fator diário considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

7



4.9.2. A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, desde a Data da Emissão, ou da data de pagamento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

#### 4.10. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.10.1. - O pagamento da Remuneração será feito da seguinte forma: (i) trimestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 21, nos meses de dezembro de 2009, março, junho e setembro de 2010, sendo o primeiro pagamento em 21 de dezembro de 2009 e o último em 21 de setembro de 2010; e (ii) mensalmente, a partir de 21 de outubro de 2010, no dia 21 de cada mês, sendo o primeiro pagamento em 21 de outubro de 2010 e o último pagamento em 21 de setembro de 2011, na Data de Vencimento das Debêntures. Fará jus à Remuneração o titular da Debênture (i) que assim conste nos controles do Agente Escriturador ou (ii) com custódia na CETIP, em ambos os casos terá direito ao recebimento o debenturista que ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento for titular do ativo.

4.10.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, o valor da última taxa DI divulgada, acrescida de sobretaxa, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.10.3. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da taxa esperada para a sua apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência da Taxa DI”), ou ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) (na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado. A AGD será realizada no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados do último Período de Ausência da Taxa DI.

4.10.4. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas, a Emissora obriga-se a resgatar as Debêntures, com o seu conseqüente cancelamento, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Será utilizado para o cálculo da Remuneração o valor da última Taxa DI divulgada até a data do cálculo.



4.10.5. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP ou por meio do Banco Mandatário para o debenturista que não esteja com a Debênture depositada em custódia vinculada no SND.

4.10.6. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.10.3. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

#### 4.11. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.11.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário da Debênture, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada pro rata temporis, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures;
- (b) inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente das Debêntures, não sanado em 5 (cinco) dias a contar da data do inadimplemento;
- (c) transferência, cessão ou promessa de cessão, pela Companhia e/ou pela Garantidora a terceiros, de qualquer direito ou obrigação da Companhia e/ou da Garantidora, conforme o caso, nos documentos relativos das Debêntures, sem a prévia anuência, por escrito, dos Debenturistas;
- (d) anulação, nulidade, inexecutibilidade ou questionamento quanto à emissão das Debêntures e/ou à fiança prestado pela Garantidora;
- (e) (i) decretação de falência da Companhia e/ou da Garantidora; (ii) pedido de autofalência pela Companhia e/ou pela Garantidora; (iii) pedido de falência da Companhia e/ou da Garantidora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou da Garantidora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou da Garantidora;
- (f) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) aprovação de qualquer reorganização societária (redução do capital social, recompra de ações, associação ou qualquer outra operação com efeito similar)

9



envolvendo a Companhia e/ou a Garantidora, sem a anuência do titular das Debêntures, exceto se realizada exclusivamente com sociedades dentro do grupo da Companhia e desde que em observância ao item (h) a seguir se for o caso;

(h) fusão, cisão ou incorporação da Companhia sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures representando a totalidade das Debêntures em circulação, exceto a incorporação de sociedades pela Companhia e/ou pela Garantidora, desde que tais sociedades tenham por objeto social atividades relacionadas à administração de entidades de ensino atualmente praticadas pela Companhia;

(i) mudança do controle acionário da Companhia e/ou da Garantidora;

(j) alteração do objeto social previsto no estatuto social da Companhia e/ou da Garantidora que modifique substancialmente as atividades relacionadas à administração de entidades de ensino atualmente praticadas;

(k) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, nos demais casos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento, ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira da Companhia e/ou da Garantidora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, valor este corrigido pelo IGPM;

(l) protestos de títulos contra a Companhia e/ou contra a Garantidora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, valor este corrigido pelo IGPM, exceto se, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para a anulação ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;

(m) inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso contra a Companhia e/ou contra a Garantidora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (ou seu equivalente em outras moedas) valor este corrigido pelo IGPM, não sanado no prazo de 10 (dez) dias contados da data estipulada para pagamento na respectiva decisão ou sentença;

(n) arresto, sequestro ou penhora de bens da Companhia e/ou da Garantidora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, valor este corrigido pelo IGPM, exceto se, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, tiver sido comprovado que o arresto, o sequestro ou a penhora foi contestado ou substituído por outra garantia;

(o) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Garantidora em qualquer dos documentos relacionados à Oferta, incluindo o Contrato de Distribuição, são falsas, incorretas ou enganosas em quaisquer aspecto

relevante;

(p) não manutenção, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de seus registros contábeis de forma precisa e completa, e sujeitos a auditoria por uma empresa de auditoria independente registrada na CVM de renome internacional;

(q) não manutenção, a partir do 3º trimestre de 2009 pela Companhia, do covenant financeiro, apurado trimestralmente com base no balanço da Companhia, em base consolidada, que será o índice obtido da razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado inferior a 3,0 (três inteiros), sendo que:

"Dívida Líquida" significa o saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com instituições financeiras, incluindo operações de mercado de capitais, menos o saldo de caixa e aplicações financeiras, acrescido das dívidas e obrigações referentes às aquisições realizadas pela Emissora e/ou suas controladas; e

"EBITDA Ajustado" significa o resultado operacional antes das despesas financeiras, somado à depreciação e amortização de ágio, líquida de deságio, acumulado dos últimos 12 (doze) meses;

(r) não verificação no dia 04 de cada mês, (i) que foram depositados no mês anterior o Montante Mínimo Mensal de Direitos Creditórios, conforme abaixo definido, na conta vinculada, e (ii) que os contratos de prestação de serviços educacionais em vigor e cedidos fiduciariamente em garantia da Emissão representam montante equivalente à 120% (cento e vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures. Para fins desta Escritura de Emissão, o "Montante Mínimo Mensal de Direitos Creditórios" que deverá ser depositado em conta vinculada deverá ser o equivalente a no mínimo 2 (duas) vezes o valor da amortização mensal das Debêntures;

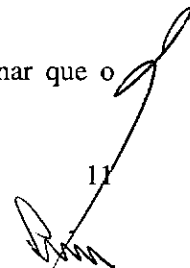
(s) restrição para pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remessa de recursos aos acionistas caso haja qualquer inadimplemento não pecuniário (desde que não sanado em 5 dias) ou pecuniário da Emissora na Emissão.

4.11.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (f), (g), (h), (i), (j), (o), (p), (q) e (r) da Cláusula 4.11.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de até 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para que estes possam deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures ("Deliberação"). A instalação da AGD seguirá o disposto no item 7.5 da presente Escritura de Emissão.

4.11.3. Observada a Cláusula 6.6.1 abaixo, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens (a), (b), (c), (d), (e), (k), (l), (m) e (n) da Cláusula 4.11.1 acima, resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora.

4.11.4. A Deliberação a que se refere a Cláusula 4.11.2 poderá determinar que o

11



Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.5. Para fins do item (e) da Cláusula 4.11.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

#### 4.12. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.12.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.11 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário remanescente acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.14.

#### 4.13. OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO

4.13.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de seu Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, endereçada aos Debenturistas ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma:

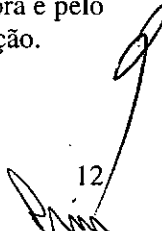
(a) A Emissora informará os Debenturistas sobre o seu interesse em realizar o Resgate Antecipado por meio de solicitação por escrito aos detentores das Debêntures, descrevendo os termos e condições do Resgate Antecipado;

(b) Após a comunicação do Resgate Antecipado, os Debenturistas caso optem pela adesão ao referido resgate terão que se manifestar no prazo de 10 (dez) dias úteis. Ao final deste prazo, a emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação do Resgate Antecipado ("Data da Liquidação Antecipada");

(c) O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito do Resgate Antecipado será equivalente ao valor total do saldo devedor da Emissão, acrescido de juros ("Saldo Devedor"), acrescido de prêmio de liquidação antecipada de 2,2% a.a., base 252 dias úteis, a ser calculado sobre o Saldo Devedor na Data da Liquidação Antecipada pelo prazo remanescente até a data de vencimento final da Emissão; e

(d) Caso a Debênture esteja custodiada no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização.

12



4.13.2. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

4.14. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.14.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a (i) multa moratória de 2% (dois por cento) e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.15. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14. acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.16. LOCAL DE PAGAMENTO

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora através da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado, domingo ou feriado bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. PUBLICIDADE

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

4.18.2. As informações que digam respeito aos interesses dos titulares das Debêntures, conforme previsto no item 4.18.1 acima, também estarão disponível no *website* da Emissora no endereço eletrônico [www.unianhanguera.edu.br/ri](http://www.unianhanguera.edu.br/ri).

#### 4.19. REPACTUAÇÃO PROGRAMADA

4.19.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### 4.20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.20.1 Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido debenturista deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus honorários os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária.

#### 4.21. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

4.21.1. Caso a Emissão não seja finalizada por qualquer motivo, os recursos utilizados pelos investidores para a subscrição da Debênture deverão ser devolvidos ao respectivo investidor, por intermédio Banco Mandatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do encerramento da Emissão, ou de sua revogação pelo investidor, caso aplicável, ficando, porém, desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos ao investidor sem incidência de juros ou correção monetária.

#### 4.22. GARANTIA DE FIANÇA

4.22.1. A Garantidora assume, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

4.22.2. O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Garantidora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

4.22.3. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro.

4.22.4. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a presente fiança.

4.22.5. A presente fiança entrará em vigor na presente data, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

4.22.6. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.22.7. Nas hipóteses de ocorrência, com relação à Garantidora, de qualquer dos eventos a que se refere o item 4.11 dessa Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário requererá a substituição da fiança ora prestada, que deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Emissora, de notificação solicitando a substituição.

4.22.8. Na hipótese a que se refere o item 4.22.7 acima, a fiança da Garantidora somente poderá ser substituída por fiança bancária, outorgada em benefício dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, emitida por instituição financeira com classificação de risco em escala nacional equivalente a, no mínimo, "brAA", conferida pela Standard & Poor's, Moodys América Latina e/ou Fitch Ratings.

4.22.9. Exceto na hipótese de que trata o item 4.22.8. acima, a substituição da Garantidora estará sujeita à prévia aprovação do titular da Debênture.

4.22.10. A presente fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação dos valores devidos em razão das Debêntures.

CLÁUSULA V  
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término do exercício social, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (ii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura de Emissão, bem como (iii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, contendo ainda, demonstrativo de cálculo dos limites estabelecidos no subitem "q" da Cláusula 4.11.1 desta Escritura de Emissão;

(ii) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras

15



consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM n.º 247/96 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM, contendo ainda, demonstrativo de cálculo dos limites estabelecidos no subitem "q" da Cláusula 4.11.1 desta Escritura de Emissão, bem como da declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura de Emissão;

- (iii) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados na Cláusula 4.11 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas à Debênture, nos limites desta Escritura de Emissão;
  - (iv) cópia de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 ("Instrução CVM nº 202/93") e suas alterações posteriores;
  - (v) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que de alguma forma envolvam o interesse do titular da Debênture, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
  - (vi) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, sem prejuízo do disposto na letra "d" abaixo; e
  - (vii) informação sobre qualquer descumprimento de obrigação pecuniária cujo valor devido e não pago, individualmente ou em série de operações, exceda R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M/FGV entre a Data da Emissão e a data de sua apuração).
- (b) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM;
  - (c) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas na forma exigida pela CVM;
  - (d) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observadas as disposições aplicáveis à política de divulgação de informações da Emissora aprovada pelo Conselho de Administração, sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou

nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;

- (e) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (f) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (g) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou com esta Escritura de Emissão, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;
- (h) manter contratados, durante o prazo de vigência da Debênture, às suas expensas, Banco Mandatário e Agente Fiduciário;
- (i) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses do titular de Debênture ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao titular de Debênture nos termos desta Escritura de Emissão;
- (j) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos da Lei das Sociedades por Ações e os princípios prescritos pela CVM ("Práticas Contábeis Adotadas no Brasil");
- (k) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (l) conduzir todas as operações com partes relacionadas, em valores de mercados equitativos; e
- (o) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado na Cláusula 3.3. desta Escritura de Emissão, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

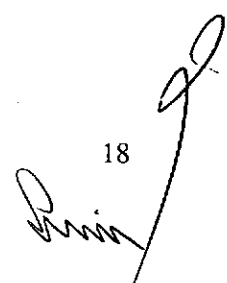
5.2.1. As despesas a que se refere a Cláusula 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas de viagem, alimentação e transporte quando necessárias ao desempenho de suas funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma das Cláusulas 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá à Debênture na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 10 (dez) dias úteis da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

5.2.4 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere a Cláusula 5.2 acima, solicitar ao debenturista adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do debenturista, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelo debenturista, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelo debenturista incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante do debenturista. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelo debenturista, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 90 (noventa) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.



5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM n.º 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

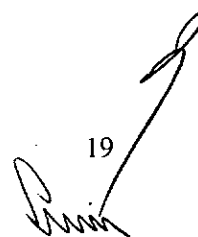
CLÁUSULA VI  
AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a Planner Trustee DTVM Ltda., acima qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como agente fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;

19



- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28"), e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28;
- (g) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (h) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) verificou, com base nas informações contidas no item 2.5 acima, os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções; e
- (l) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- (m) está ciente da regulamentação aplicável.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão será devido pela Emissora ao Agente Fiduciário o quanto segue:

- (a) Parcelas trimestrais de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais cada uma, sendo a primeira parcela devida 03 (três) dias úteis após a assinatura desta Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos trimestres

20  
Rui



subseqüentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos debenturistas;

- (b) As parcelas de remuneração citadas no item "a" acima serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (c) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida por lei, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela.

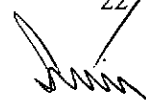
6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) evitar conflito de interesses e, se for o caso, renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;



- (h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as debêntures, no mesmo dia da Assembléia Geral de debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata da referida Assembléia;
- (k) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea acima aos titulares de Debêntures, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:


22



- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) na sede do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado;
  - (iii) na CVM;
  - (iv) na CETIP; e
  - (v) nas dependências da instituição financeira que liderar a colocação da Debênture da Emissão, conforme por esta indicado;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) acompanhar, calcular e apurar os Índices e Limites Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão; e
- (s) acompanhar que foram depositados mensalmente o Montante Mínimo Mensal de Direitos Creditórios na conta vinculada, bem como a existência de contratos de prestação de serviços educacionais em vigor e cedidos fiduciariamente em garantia da Emissão que representem montante equivalente à 120% (cento e vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;



- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (b) e (c) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, (i) a deliberação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (a) acima; e (ii) a deliberação por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembleia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente

fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP junto com a presente.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.17. acima.

6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

## CLÁUSULA VII ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre matéria de seu interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

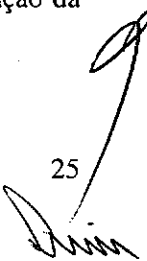
7.2. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembléia geral de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

25  




7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) na data de pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (v) no item 4.11 (Vencimento Antecipado) acima, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11.4. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito à definição da taxa substitutiva de que trata o item 4.10.6.2. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro *quorum* específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 7, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

#### CLÁUSULA VIII

#### DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

8.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário que na data da assinatura desta Escritura de Emissão:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- (c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, a realização da Emissão e a colocação da Debênture não infringem de nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento relevante para os negócios da Emissora dos quais a Emissora seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de nenhum ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;
- (e) a Emissora, nesta data, detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Emissora; e
- (f) a Emissora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados, ou aquelas cujo descumprimento não possa afetar de maneira adversa relevante a Emissora.

8.2. A Garantidora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário que na data da assinatura desta Escritura de Emissão:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à outorga da fiança estabelecida no item 4.22 e ao cumprimento com suas obrigações previstas na presente Escritura, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- (c) os representantes legais da Garantidora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Garantidora, as obrigações de fiança ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

27



- (d) a fiança ora outorgada constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão, a realização da Emissão e a colocação da Debênture não infringem de nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento relevante para os negócios da Garantidora dos quais a Garantidora seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora ou de qualquer de seus controladores; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) a Garantidora, nesta data, detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Garantidora;
- (f) a Garantidora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados, ou aquelas cujo descumprimento não possa afetar de maneira adversa relevante a Garantidora; e
- (g) as obrigações aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, inclusive, porém não limitados, aos seguintes: a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre os titulares das Debêntures e a Emissora; b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos titulares das Debêntures contra a Emissora; ou c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive sua falência, pedido de recuperação extrajudicial ou judicial.

CLÁUSULA IX  
NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Anhanguera Educacional Participações S.A.

Al. Maria Tereza, nº 2000, sala 06

CEP 13278-181, Bairro Dois Córregos

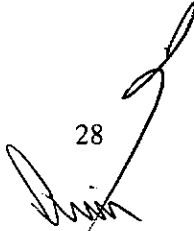
Valinhos – SP

Tel.: (19) 3512-1770

Fax: (19) 3512-1770

At.: Marcos L.V. Guimarães Jr./Monica Nunes Teixeira Pinto

28



Email:

marcos.guimaraes@unianhanguera.edu.br/monica.nunes@unianhanguera.edu.br

Para a Garantidora:

Anhanguera Educacional S.A.

Al. Maria Tereza, nº 2000, sala 01

CEP 13278-181, Bairro Dois Córregos

Valinhos – SP

Tel.: (19) 3512-1770

Fax: (19) 3512-1770

At.: Marcos L.V. Guimarães Jr./Monica Nunes Teixeira Pinto

Email: marcos.guimaraes@unianhanguera.edu.br

monica.nunes@unianhanguera.edu.br

Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM LTDA

Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3900 – 10º andar

CEP 04538-132

São Paulo – SP

Tel.: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-4264

At: Viviane Rodrigues

Email: tlima@plannercorretora.com.br e/ou vrodrigues@plannercorretora.com.br

Para o Banco Mandatário:

Banco Itaú S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 9º andar

CEP 04309-010, Jabaquara

São Paulo – SP

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At.: Luiz Loureiro

E-mail: [luiz.loureiro@itau.com.br](mailto:luiz.loureiro@itau.com.br)

Para o Agente Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar

CEP 04538-132

São Paulo – SP

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At.: Luiz Loureiro

E-mail: [luiz.loureiro@itau.com.br](mailto:luiz.loureiro@itau.com.br)

Para a CETIP:

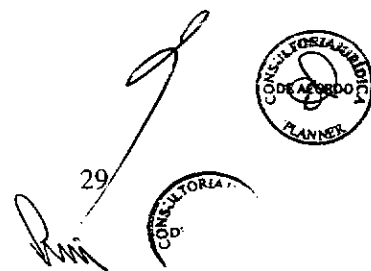
CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Rua Líbero Badaró, nº 425 - 24º andar

São Paulo –SP, CEP 01009-000

Av. República do Chile, 230, 11º andar,

29



9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA X  
DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

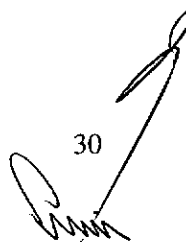
10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA XI  
FORO

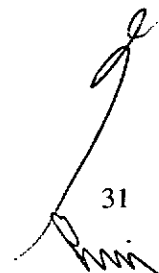
11.1. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

30



E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 16 de setembro de 2009



31



Página de Assinaturas da Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional de Cessão Fiduciária de Recebíveis, em Série Única, da Anhanguera Educacional Participações S.A.

ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: Ricardo Lima F. Canziani  
Cargo: VP. Operações

Nome: Marcos Lima F. Guimarães  
Cargo: Dir. Financeiro



Página de Assinaturas da Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional de Cessão Fiduciária de Recebíveis, em Série Única, da Anhanguera Educacional Participações S.A.

ANHANGUERA EDUCACIONAL S.A.

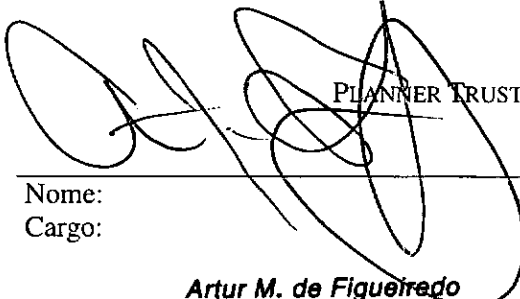

Nome: Ricardo [assinatura]  
Cargo: VP Operações

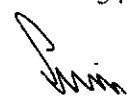
Nome: [assinatura]  
Cargo: Dir. Relações Públicas

[assinatura]



Página de Assinaturas da Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não  
Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real de Cessão Fiduciária de Recebíveis, da  
Anhanguera Educacional Participações S.A.

	PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.	
Nome:		Nome:
Cargo:		Cargo: Viviane Rodrigues
	Artur M. de Figueiredo	Diretora
	Diretor	

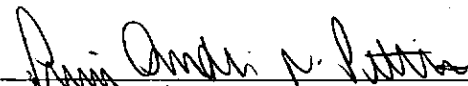


Página de Assinaturas da Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não  
Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real de Cessão Fiduciária de Recebíveis, da  
Anhanguera Educacional Participações S.A.

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

  
Nome: LUÍZ ANDRÉ NEGRIN PETITO  
RG: 32.364.276-2

